
Chapada do Piauí I Holding S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Chapada do Piauí I Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Chapada do Piauí I Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

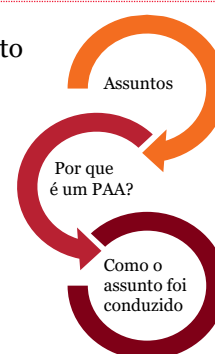
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Chapada do Piauí I Holding S.A. e da Chapada do Piauí I Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento da receita e constituição de provisão de ressarcimento decorrente do Contrato de Energia de Reserva (CER)

Conforme descrito nas Notas 1 e 2.17 (a) a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica conforme Contrato de Energia de Reserva ("CER"). As controladas comprometem-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), bem como ressarcir anualmente e quadrienalmente a CCEE caso a energia entregue seja menor à energia contratada.

Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, referem-se ao reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou premissas críticas para estimar essas receitas, na medida em que envolve: (a) determinar os volumes de energia entregue versus a energia contratada e (b) atribuir valor da provisão de ressarcimento da energia não entregue anualmente e quatrienalmente conforme estipulado em contrato.

As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de uma combinação de testes de controles internos e procedimentos substantivos de auditoria, a saber:

- entendimento e teste da efetividade dos controles internos relevantes;
- análise de transações de receitas por meio da comparação entre a energia entregue e a energia contratada;
- confirmações externas com base nos relatórios mensais da CCEE;
- reconciliação da receita anual por meio da obtenção de relatórios externos disponibilizados pela CCEE com a informação da energia efetivamente gerada pelos parques eólicos de Chapada I;
- análise do cálculo da provisão de ressarcimento considerando os critérios e premissas previstos no contrato.

Nossos procedimentos revelaram que as premissas para o reconhecimento da receita adotadas pela Companhia e suas controladas estão adequadamente refletida nas demonstrações financeiras.

Monitoramento dos índices de covenants

Conforme descrito na Nota 14, a Companhia mantém contratos de dívida com cláusulas restritivas ("covenants") com BNDES e com Debenturistas. Caso a Companhia não consiga cumprir com as cláusulas restritivas de seus contratos, tais operações poderão ser declaradas vencidas antecipadamente.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras e o envolvimento de nível de

As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de procedimentos substantivos de auditoria, a saber:

- leitura crítica dos contratos de endividamento, visando entender as cláusulas existentes;
- entendimento dos controles da administração sobre o cumprimento das cláusulas pactuadas ("covenants");

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>juízo por parte da Administração para o cálculo do cumprimento dos índices.</p> <p>Conforme também descrito na Nota 14, a Companhia não atingiu os índices descritos nas cláusulas restritivas ("covenants"). Para a dívida com o BNDES, o mesmo concedeu <i>waiver</i> que suspende a exigibilidade da dívida no curto prazo, entretanto, para a dívida em debêntures não foi praticável determinar se será decretado o vencimento antecipado. A Companhia reclassificou a dívida do não circulante para o circulante no montante de R\$ 87.270 mil.</p>	<ul style="list-style-type: none">• teste do cálculo dos indicadores-chave financeiros previstos nas cláusulas de "Covenants", com base nas referidas demonstrações financeiras, considerando análise e interpretação dos seus componentes financeiros;• exame da movimentação de pagamentos e entradas de novos empréstimos durante o exercício;• recálculo dos juros e encargos financeiros e confronto com os livros contábeis;• análise da apropriada classificação entre passivo circulante e não circulante;• confirmação, através do envio de cartas de circularização à instituições financeiras, dos saldos em aberto, cláusulas contratuais, taxa de juros entre outras informações;• análise do <i>waiver</i> obtido do BNDES;• validação da reclassificação da dívida das debêntures para o circulante.

Gerenciamento de capital - risco de liquidez a curto prazo

Conforme Nota 1, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 118.747 mil, no consolidado.

A administração da Companhia possui expectativa, baseada em suas projeções de resultados e fluxos de caixa futuros para os próximos doze meses a partir da data do balanço, de continuar auferindo lucros operacionais e de gerar liquidez, a qual considera que será suficiente para a reversão da atual situação de capital circulante líquido negativo a curto prazo.

Essas projeções consideram determinadas premissas que são sensíveis às condições do cenário econômico e ambiental e, portanto, fora do controle da Companhia, como por exemplo, oscilações das taxas de juros e as condições climatológicas (geração de vento).

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Realizamos o entendimento das políticas de administração de risco de liquidez da Companhia e do processo de elaboração e aprovação das projeções de fluxo de caixa, bem como obtivemos explicações em relação às premissas relevantes.
- Testamos os procedimentos realizados pela administração em relação ao monitoramento dos cumprimentos das cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos.
- Analisamos os eventos subsequentes até a data de emissão deste relatório.
- Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão



Chapada do Piauí I Holding S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Adicionalmente, a Companhia conta com o suporte financeiro do seu acionista controlador para honrar os seus compromissos de médio e longo-prazo.</p> <p>Considerando que a utilização de diferentes premissas e julgamentos poderiam ocasionar em diferentes resultados e fluxos de caixa futuros, determinamos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Chapada do Piauí I Holding S.A.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2019

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'CEM'.

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Balço Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	6.138	6.856	9.164	19.720	Fornecedores	4.789	3.750	11.275	6.774
Contas a receber (Nota 7)			11.412	11.359	Empréstimos (Nota 14)	114.951	26.524	114.951	26.524
Tributos a recuperar (Nota 8)	777	508	2.226	1.767	Obrigações trabalhistas			413	236
Partes relacionadas (Nota 9)	77.013	83.108	2.360	5.471	Tributos a pagar (Nota 15)	162	328	2.872	2.649
Outros créditos			929	852	Partes relacionadas (Nota 9)			484	892
Despesas antecipadas	2.333	95	2.649	201	Provisões (Nota 16)			17.492	15.955
	86.261	90.567	28.740	39.370		119.902	30.602	147.487	53.030
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Empréstimos (Nota 14)	526.040	626.517	526.040	626.517
Partes relacionadas (Nota 9)	395.106	433.581			Provisões (Nota 16)			24.655	20.985
Depósitos judiciais			63	80	Provisão para contingência			16	
Depósitos vinculados a empréstimos (Nota 10)	32.446	24.473	32.446	24.473		526.040	626.517	550.711	647.502
Tributos a recuperar (Nota 8)			1.486	935	Total do passivo	645.942	657.119	698.198	700.532
	427.552	458.054	33.995	25.488	Patrimônio líquido				
Investimentos (Nota 11)	229.064	232.026			Capital social (Nota 17)	234.174	224.699	234.174	224.699
Imobilizado (Nota 12)			736.332	763.428	Prejuízos acumulados	(137.239)	(101.171)	(132.111)	(95.733)
Intangível (Nota 13)			1.194	1.212	Total do patrimônio líquido	96.935	123.528	102.063	128.066
	656.616	690.080	771.521	790.128	Total do passivo e do patrimônio líquido	742.877	780.647	800.261	829.498
Total do ativo	742.877	780.647	800.261	829.498					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita líquida de vendas (Nota 18)			102.809	104.436
Custo do serviço de energia elétrica				
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão, e taxa de fiscalização (Nota 19)			(5.886)	(4.868)
Energia elétrica comprada para revenda (Nota 19)			(93)	(228)
Custo de operação (Nota 19)			(48.079)	(42.251)
Lucro bruto	-	-	48.751	57.089
Despesa operacional (Nota 19)	(1.118)	(2.530)	(9.789)	(8.134)
Resultado com participações societárias (Nota 11)	(3.368)	6.704		
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(4.486)	4.174	38.962	48.955
Resultado financeiro				
Despesas financeiras (Nota 20)	(73.518)	(71.331)	(73.907)	(74.757)
Receitas financeiras (Nota 20)	1.677	2.318	2.028	2.798
Receitas financeiras com partes relacionadas (Nota 9)	40.259	38.695		
	(31.582)	(30.318)	(71.879)	(71.959)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(36.068)	(26.144)	(32.917)	(23.004)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21)			(3.461)	(3.452)
Prejuízo do exercício (*)	(36.068)	(26.144)	(36.378)	(26.456)
Prejuízo por ação	(0,15)	(0,11)		

(*) A diferença entre o resultado líquido da controladora e do consolidado refere-se à capitalização dos encargos financeiros de empréstimos que foram constituídos na controladora em 2015, e os recursos foram aplicados no ativo imobilizado no consolidado (Nota 13) em aplicação às normas contábeis conforme CPC 20. Em 31 de dezembro de 2018, a diferença refere-se ao resultado da depreciação dos custos capitalizados ao ativo imobilizado.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo do exercício	(36.068)	(26.144)	(36.378)	(26.456)
Resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	<u>(36.068)</u>	<u>(26.144)</u>	<u>(36.378)</u>	<u>(26.456)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Controladora		
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2016	<u>224.699</u>	<u>(75.027)</u>	<u>149.672</u>
Prejuízo do exercício		(26.144)	(26.144)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>224.699</u>	<u>(101.171)</u>	<u>123.528</u>
Aumento de capital conforme RCA 21 de março de 2018 (Nota 17)	9.475		9.475
Prejuízo do exercício		(36.068)	(36.068)
Em 31 de dezembro de 2018 (*)	<u>234.174</u>	<u>(137.239)</u>	<u>96.935</u>

	Consolidado		
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2016	<u>224.699</u>	<u>(69.277)</u>	<u>155.422</u>
Prejuízo do exercício		(26.456)	(26.456)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>224.699</u>	<u>(95.733)</u>	<u>128.966</u>
Aumento de capital conforme RCA 21 de março de 2018 (Nota 17)	9.475		9.475
Prejuízo do exercício		(36.378)	(36.378)
Em 31 de dezembro de 2018 (*)	<u>234.174</u>	<u>(132.111)</u>	<u>102.063</u>

(*) A diferença entre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 da controladora e do consolidado referem-se à capitalização dos encargos financeiros de empréstimos que foram constituídos na controladora em 2015 e os recursos foram aplicados no ativo imobilizado no consolidado em aplicação às normas contábeis conforme CPC 20.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(36.068)	(26.144)	(32.917)	(23.004)
Ajustes de receitas e despesas				
Depreciação e amortização (Nota 12 e 13)			31.255	30.862
Baixa de imobilizado (Nota 12)			2.881	
Juros, variações monetárias e cambiais	73.518	71.331	73.907	74.757
Juros partes relacionadas	(40.259)	(38.695)		
Resultado com participações societárias (Nota 11)	3.368	(6.704)		
Provisão de ressarcimento (Nota 16)			20.385	20.642
Provisão para contingência			16	
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber (Nota 7)			(53)	2.662
Tributos a recuperar	(269)	(399)	(1.010)	(1.450)
Partes relacionadas (Nota 9)	166	(166)	2.703	440
Outros créditos			77	(351)
Despesas antecipadas	(2.238)	(1)	(2.448)	207
Depósitos judiciais			17	(32)
Fornecedores	1.074	1.028	5.189	(2.286)
Salários e encargos sociais			177	(179)
Provisões (Nota 16)			(109)	(1.069)
Tributos a pagar (Nota 15)	(166)	149	(923)	588
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(874)	399	99.147	101.787
Outros Juros, fianças e multas pagos	(12.653)	(7.988)	(13.042)	(11.414)
Juros pagos de empréstimos (Nota 14)	(52.283)	(53.332)	(52.283)	(53.332)
Juros recebidos partes relacionadas cessão de recebíveis (Nota 9)	40.259	39.188		
Provisão de ressarcimentos pagos (Nota 16)			(15.069)	(3.855)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(2.469)	(3.759)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(25.551)	(21.733)	16.284	29.427
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 12)			(7.710)	(3.491)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	-	(7.710)	(3.491)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos (Nota 14)	1.961		1.961	
Pagamento de empréstimos (Nota 14)	(22.593)	(20.679)	(22.593)	(20.679)
Aumento de capital	9.475		9.475	
Depósitos vinculados a empréstimos (Nota 10)	(7.973)	(1.201)	(7.973)	(1.201)
Partes Relacionadas cessão de recebíveis (Nota 9)	43.963	42.770		
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	24.833	20.890	(19.130)	(21.880)
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	(718)	(843)	(10.556)	4.056
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)	6.856	7.699	19.720	15.664
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	6.138	6.856	9.164	19.720

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), tem sede no Estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social participar, como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos cujo o objeto social seja relacionado a geração e comercialização de energia elétrica, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo o capital participar, em especial no que se refere à estruturação, desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimentos de energia elétrica por fonte eólica.

O consórcio formado em 9 de agosto de 2013 por Contour Global do Brasil Holding Ltda. ("CG"), Salus Fundo de Investimento em Participações ("Salus") e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("CHESF") venceu o 5º Leilão de Energia de Reserva em conformidade às regras emitidas pela ANEEL ocorrido em 23 de agosto de 2013 concedendo autorização e direito às SPEs do complexo eólico de Chapada do Piauí I para geração e venda de energia elétrica ao sistema de energia brasileiro por 20 anos.

Em 6 de novembro de 2013, a Salus, que até então era a detentora integral das ações das SPEs pertencentes ao complexo eólico denominado Chapada do Piauí I firmou contrato de compra e venda de participação societária, vendendo 36% das ações das SPEs do complexo eólico de Chapada do Piauí I para a Contour Global e 49% para a Chesf.

Em 17 de julho de 2014, a Contour Global e Salus FIP desejaram antecipar a data de exercício da opção de venda outorgada pela Contour Global e Salus FIP da totalidade das ações detidas pelo Salus FIP nas SPEs do Complexo Chapada do Piauí I, conforme disposto nos acordos de investimento celebrados em 5 de setembro de 2013. Este acordo de compra e venda de ações foi efetivado parcialmente com o desembolso financeiro em 21 de novembro de 2017 e a transferência das ações foi efetivada em 23 de abril de 2018.

Em 28 de setembro de 2018, a assembleia geral autorizou a transferência dos 49% das ações da Chesf Hidra Elétrica de São Francisco para a Centrais Elétricas Brasileiras SA.

Assim, 51% das ações ordinárias pertencem à Contour Global do Brasil Holding Ltda, em 31 de dezembro de 2018, e 49% à Centrais Elétricas Brasileiras SA.

A Companhia e suas controladas (coletivamente "Grupo") possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia - MME conforme listado abaixo:

SPE	Portaria MME
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 122, de 24 de março de 2014
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 106, de 18 de março de 2014
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 102, de 12 de março de 2014
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 119, de 24 de março de 2014
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 107, de 18 de março de 2014
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 121, de 24 de março de 2014
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 105, de 18 de março de 2014

Com as seguintes características:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade instalada MW	Energia Assegurada por MWh/Ano	Início	Termino
Santa Joana IX	Piauí	Marcôlandia	29,60	138.408	Setembro de 2015	Agosto de 2035
Santa Joana X	Piauí	Marcôlandia	29,60	140.160	Setembro de 2015	Agosto de 2035
Santa Joana XI	Piauí	Marcôlandia, Padre Marcos	29,60	140.160	Setembro de 2015	Agosto de 2035
Santa Joana XII	Piauí	Simões	28,90	148.044	Setembro de 2015	Agosto de 2035
Santa Joana XIII	Piauí	Marcôlandia	29,60	140.160	Setembro de 2015	Agosto de 2035
Santa Joana XV	Piauí	Marcôlandia, Simões	28,90	141.912	Setembro de 2015	Agosto de 2035
Santa Joana XVI	Piauí	Marcôlandia	28,90	152.424	Setembro de 2015	Agosto de 2035
Complexo Chapada do Piauí I			205,10	1.001.268		

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Contrato de Energia de Reserva - CER

O "Grupo" firmou um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade quantidade de Energia Elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no 5º Leilão de Energia de Reserva promovido em 23 de outubro de 2013.

Pelo contrato em questão, o Grupo compromete-se a vender a totalidade de sua Energia Gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de setembro de 2015 ao preço de R\$ 109,96 a serem atualizados pelo IPCA anualmente.

Os limites operacionais contratuais aceitáveis sem cobrança de penalidades ou pagamentos de bônus estão nas faixas que variam de 90 a 130% da energia contratada do ano e apurada ao final de cada quadriênio. Nesses casos, os desvios superiores ou inferiores entre as Energias Geradas e Entregues são reconhecidos no Ativo ou Passivo, respectivamente, mediante a aplicação dos fatores de Penalidades ou Bônus sobre o MWh a ser entregue.

Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato (Nota 16) provisionadas anualmente, serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio encerra-se em 31 de agosto de 2019.

(b) Conta de ressarcimento - CCEE

A conta de ressarcimento - CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração do "Grupo" entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(i) Ressarcimento anual: Caso a energia fornecida no ano, e considerando o desvio acumulado do ano anterior, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, b) E uma penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, o Grupo receberá o valor equivalente a aplicação do PLD - preço de liquidação das diferenças sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do primeiro mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelo Grupo à CCEE.

(ii) Ressarcimento quadrienal: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) E uma penalidade, equivalente a aplicação de 6% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%). Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, o Grupo receberá o valor equivalente a aplicação do PLD - preço de liquidação das diferenças sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do primeiro mês seguindo o final de cada ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelo Grupo à CCEE. O primeiro quadriênio se encerrará em 31 de agosto de 2019.

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2018 há excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes nas demonstrações financeiras consolidadas no montante de R\$ 118.747, em função de reclassificação de empréstimos para o circulante pelo não cumprimento da cláusula restritiva (Nota 14). A administração do Grupo entende que reverterá essa situação por meio de (i) recursos a serem gerados pela operação comercial do Grupo, (ii) aporte de recursos dos acionistas, se necessário e (iii) renegociação da cláusula restritiva com obtenção de waiver.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração do Grupo em 15 de fevereiro de 2019.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar, sob esse aspecto, ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Novas normas que estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018

CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do CPC 48 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e não houve impacto na classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros com a adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018.

CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018 e substitui a CPC17 - "Contratos de Construção", CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A administração identificou que não houve impactos da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018 considerando que a receita está contabilizada na base da geração de energia elétrica em conformidade com o regime de competência.

Novas normas que ainda não estão em vigor

CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

O Grupo definiu uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento do Grupo durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais do Grupo.

Conforme descrito na Nota 22 o Grupo tem R\$ 204.004, de compromissos com arrendamento mercantil operacional em relação aos contratos de Cessão de uso do terrenos assinados por um prazo de 50 anos. Com relação aos compromissos de arrendamento remanescentes, o Grupo espera reconhecer ativos de direito de uso de aproximadamente R\$ 22.795 em 01 de janeiro de 2019, passivos de arrendamento de R\$ 22.795.

Os fluxos de caixa operacionais irão aumentar e os fluxos de caixa de financiamento irão diminuir aproximadamente R\$ 1.934, pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento será classificada como fluxos de caixa de atividades de financiamento.

O Grupo pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

Não há outras normas CPCs ou interpretações ICPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas (Companhia e suas controladas, conjuntamente "o Grupo").

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

(b) Transações com partes relacionadas e participações de não controladores

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, a contar da data da contratação.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo através do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Partes relacionadas", "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa" e mensurados ao valor justo através do resultado.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou quando recebidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, o Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro esteja registrado com valor acima de seu valor recuperável (*impairment*) e, quando esta situação é identificada, uma provisão é reconhecida na demonstração do resultado.

2.4.3 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo não identificou evidências de uma perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*).

2.6 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente, imposto sobre serviços, imposto de renda e contribuição social retidos.

2.7 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no exercício, de forma a obedecer ao regime de competência. Correspondem principalmente ao reconhecimento de forma linear, durante o prazo do contrato, das despesas relacionadas aos contratos de seguros.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação o imobilizado de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 - 40
Máquinas, equipamentos e outros	06 - 32

O Grupo calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 474, de 07/02/2012, que alterou as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de setembro de 2009. As taxas são aplicadas considerando os códigos internos que identificam as Unidades de Cadastro. A Administração concluiu que as taxas estabelecidas pela ANEEL representam adequadamente a vida útil estimadas para os ativos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.9 Intangível

Direito de uso de servidão

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade, como servidões de passagem. Geralmente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à geração de energia na área de concessão do Grupo e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados em 30 anos.

Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o exercício de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

2.11 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorram de eventos passados.

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.12 Empréstimos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos captados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (pro rata temporis).

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de empréstimos e financiamentos são capitalizados como despesas antecipadas e amortizados pelo prazo contratual da dívida, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade do empréstimo e financiamento, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

2.13 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

As provisões para desmobilização de ativos consideram que as controladas, ou seja, parque eólico com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As apurações de imposto de renda e contribuição social das controladas são apuradas por lucro presumido.

2.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido (Nota 17).

2.16 Reconhecimento da receita

(a) Vendas de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte e quadriênio (Nota 18).

(b) Receita financeira

A receita financeira sobre as contas a receber em atraso é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras.

A receita financeira sobre aplicações financeiras, usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

a) Provisão de ressarcimento sobre a receita

O contrato de energia proveniente de novos empreendimentos (Nota 1a e Nota 1b), suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, os limites operacionais contratuais aceitáveis sem cobrança de penalidades ou recebimentos de bônus e estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada do ano.

b) Revisão da vida útil dos ativos imobilizado

O Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. Durante o exercício corrente foram avaliadas a expectativa de vida útil ratificando o entendimento de que a utilização pelo Grupo das taxas de depreciação definidas pela Aneel está consistente com as referidas vidas úteis.

c) Provisão de desmobilização

Os valores da provisão de desmobilização, são contabilizados com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas das controladas da Companhia (Nota 16), conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo, referem-se a contas a pagar a fornecedores relacionados a construção do Parque Eólico Chapada I. O Grupo possui como ativos financeiros: contas a receber de clientes, de partes relacionadas e saldos em caixa e equivalentes de caixa.

As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos especulativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a administração. O Conselho de Administração estabelece princípios formais para a gestão de risco financeiro, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. É política do Grupo não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O Grupo não está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possui ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras.

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos quotistas e beneficiar às outras partes interessadas.

A Companhia mantém empréstimo associado a taxa de juros local, gerando exposição à variação dessa taxa. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa, e os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional, a Companhia atualiza os controles de exposição à taxa de juros mensalmente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedges* alternativos.

Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo não possuía contratos de swap de taxa de juros.

(b) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com vários bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018 não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela administração.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Na data do balanço, o Grupo possui caixa e equivalentes de caixa disponíveis de R\$ 9.164 (consolidado) que se espera que gerem entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado
	Passivos
	mensurados ao
	custo
	amortizado
31 de dezembro de 2018	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Partes relacionadas (Nota 9)	484
Empréstimos (Nota 14)	640.991
Fornecedores e outras obrigações (i)	53.422
	694.897
31 de dezembro de 2017	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Partes relacionadas (Nota 9)	892
Empréstimos (Nota 14)	653.041
Fornecedores e outras obrigações (i)	43.714
	697.647

(i) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

O valor justo da parte dos empréstimos classificados no passivo circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é relevante e o valor justo dos empréstimos classificados no passivo não circulante também não diferem significativamente dos valores contábeis considerando que os principais empréstimos tem taxas pós-fixadas.

6 Caixa e equivalentes de caixa

O grupo possui contas correntes com instituições financeiras de primeira linha.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Recursos em banco e em caixa	6.124	6.856	7.666	11.091
Recursos em aplicações financeiras	14		1.498	8.629
	6.138	6.856	9.164	19.720

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018 referiam-se substancialmente Fundos de Investimentos remunerados à taxa média de 97,15% do CDI, e em 31 de dezembro 2017 por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), remunerados à taxa média de 75,00%, compromissadas com direito de recompra e liquidez imediata.

7 Contas a receber

As contas a receber de clientes são denominadas em reais. A posição do Grupo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 11.412 (R\$ 11.359 em 31 de dezembro de 2017).

As contas a receber de clientes possuem vencimento de até 3 meses, a administração efetuada análise criteriosa e de acordo com a abordagem simplificada e quando necessário, é constituída uma PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) para cobrir eventuais perdas desses ativos na realização desses ativos.

As controladas avaliam seus históricos de recebimentos e identificam que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análise a administração não julgou necessário o reconhecimento de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
IRRF sobre aplicações financeiras	777	508	777	506
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)			399	582
IR/CS sobre ressarcimento (i)			638	364
ICMS Difal			362	72
Outros			50	243
	777	508	2.226	1.767
Não circulante				
Outros			257	
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)			442	421
IR/CSLL sobre ressarcimento (i)			787	514
	-	-	1.486	935
Total de tributos a recuperar	777	508	3.712	2.702

- (i) PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre provisão de ressarcimento que representa a quantidade de energia faturada mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Partes relacionadas

	Ativo circulante			Ativo não circulante	Controladora
	Contas a receber	Empréstimos - cessão de recebíveis	Dividendos a Receber	Empréstimos - cessão de recebíveis	Demonstração de resultado
					Receita financeira de cessão de recebíveis
Em 31 de dezembro de 2018					
Ventos de Santa Joana IX		9.162		49.208	5.051
Ventos de Santa Joana X		9.039	807	47.021	5.531
Ventos de Santa Joana XI		8.978	245	46.956	4.750
Ventos de Santa Joana XII		11.735	475	62.844	6.466
Ventos de Santa Joana XIII		9.646	651	51.050	5.288
Ventos de Santa Joana XV		14.078	14	75.995	6.954
Ventos de Santa Joana XVI		11.652	531	62.032	6.219
Total	-	74.290	2.723	395.106	40.259
Em 31 de Dezembro de 2017					
Contour Global do Brasil Holding	166				
Ventos de Santa Joana IX		9.886	75	53.999	4.925
Ventos de Santa Joana X		9.897	881	52.204	5.351
Ventos de Santa Joana XI		9.714	350	51.407	5.138
Ventos de Santa Joana XII		12.640	525	69.000	6.140
Ventos de Santa Joana XIII		10.444	726	56.025	5.257
Ventos de Santa Joana XV		14.677	264	82.989	5.800
Ventos de Santa Joana XVI		12.520	343	67.957	6.084
Total	166	79.778	3.164	433.581	38.695

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	Ativo circulante	Passivo circulante	Demonstração de resultado
	Compartilhamento de custo	Compartilhamento de custo	Receita (Despesa) de compartilhamento de custo
Em 31 de Dezembro de 2018			
Contour Global do Brasil Holding		264	(1.010)
Asa Branca VII Energias Renováveis Ltda		220	(479)
Ventos de Santa Joana I	256		263
Ventos de Santa Joana III	391		263
Ventos de Santa Joana IV	60		263
Ventos de Santa Joana V	28		263
Ventos de Santa Joana VII	1.337		263
Ventos de Santo Augusto IV	258		263
Ventos de Santo Augusto III	15		152
Ventos de Santo Augusto V	15		230
Total	2.360	484	471
Em 31 de Dezembro de 2017			
Contour Global do Brasil Holding	24	2	(3.011)
Asa Branca VII Energias Renováveis Ltda.		890	(1.148)
Ventos de Santa Joana I	698		156
Ventos de Santa Joana III	836		432
Ventos de Santa Joana IV	698		299
Ventos de Santa Joana V	693		(818)
Ventos de Santa Joana VII	1.806		1.826
Ventos de Santo Augusto IV	690		708
Santo Augusto III	13		98
Santo Augusto V	13		(423)
Total	5.471	892	(3.410)

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

								Controladora
	Saldo Inicial	Resultado	Repasse de custos	Dividendos	Liquidação		Transferência	Saldo Final
					Principal	Encargos		
Em 31 de dezembro de 2018								
Ativo circulante								
Cessão de recebíveis	79.778	40.259			(43.963)	(40.259)	38.475 (i)	74.290
Contas a receber	166				(166)			-
Dividendos a receber	3.164			(441)				2.723
	83.108	40.259	-	(441)	(44.129)	(40.259)	38.475	77.013
Ativo Não circulante								
Cessão de recebíveis	433.581						(38.475) (i)	395.106
	433.581	-	-	-	-	-	(38.475)	395.106
Em 31 de dezembro de 2017								
Ativo circulante								
Cessão de recebíveis	91.232	38.695			(42.770)	(39.188)	31.809 (i)	79.778
Contas a receber			166					166
Dividendos a receber	1.565			1.599				3.164
	92.797	38.695	166	1.599	(42.770)	(39.188)	31.809	83.108
Ativo Não circulante								
Cessão de recebíveis	465.390						(31.809) (i)	433.581
	465.390	-	-	-	-	-	(31.809)	433.581

(i) Transferência entre circulante e não circulante.

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empréstimos - cessão de recebíveis

Para viabilizar a implantação do parque eólico a Companhia obteve junto ao BNDES financiamentos e aplicou os recursos nas Controladas, através do contrato de Cessão de Recebíveis, para assegurar o pagamento do financiamento junto ao BNDES. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia mantém contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios (cessão de recebíveis) com suas controladas, com vencimento em 2035 e utilizando uma taxa média de 6,25% ao ano.

O contrato de cessão de recebíveis foi celebrado entre a Companhia e suas controladas no dia 4 de fevereiro de 2015.

Compartilhamento de custo

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e as controladas mantêm contratos de compartilhamentos de custos de implantação, operação e manutenção com partes relacionadas entre os complexos de Chapada do Piauí I, Chapada do Piauí II e Chapada do Piauí III. O contrato é calculado com base em pro-rata de potência instalada dos complexos supracitados de todas as despesas compartilhadas de gerenciamento dos Ativos Eólicos. O prazo do compartilhamento do custo permanecerá durante todo o prazo de outorga do empreendimento.

Remuneração da alta administração

A Companhia mantém política de remuneração de alta administração. Tais remunerações totalizaram R\$ 543 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 569 em 31 de dezembro de 2017).

10 Depósitos vinculados a empréstimos

O saldo dos depósitos vinculados refere-se às aplicações financeiras mantidas no Banco Itaú, a título de garantia do pagamento do contrato de empréstimo mantido junto ao mesmo banco, remunerados à taxa média de 97,15% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) de Fundos de Investimentos, e em 31 de dezembro 2017 por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), remunerados à taxa média de 75,00% do CDI.

A posição da Companhia Controladora e Consolidado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 32.446 (R\$ 24.473 em 31 de dezembro de 2017).

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Investimentos

(a) Composição dos investimentos nas controladas

	VSJ IX	VSJ X	VSJ XI	VSJ XII	VSJ XIII	VSJ XV	VSJ XVI	Total
Patrimônio líquido em 1º de janeiro	30.790	32.681	28.676	32.518	29.210	42.645	30.366	226.886
Lucro líquido do exercício	316	1.038	276	1.738	812	1.114	1.410	6.704
Distribuição de dividendos	(76)	(246)	(66)	(413)	(193)	(265)	(305)	(1.564)
Em 31 de dezembro de 2017	31.030	33.473	28.886	33.843	29.829	43.494	31.471	232.026
Percentual de participação acionária	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Saldo contábil do investimento na controladora	31.030	33.473	28.886	33.843	29.829	43.494	31.471	232.026

	VSJ IX	VSJ X	VSJ XI	VSJ XII	VSJ XIII	VSJ XV	VSJ XVI	Total
	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018
Patrimônio líquido em 1º de janeiro	31.030	33.473	28.886	33.843	29.829	43.494	31.471	232.026
Dividendos mínimos obrigatórios	75	74	105	50	74	215	(187)	406
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	(263)	(590)	(897)	(1.206)	(356)	1.407	(1.463)	(3.368)
Em 31 de dezembro de 2018	30.842	32.957	28.094	32.687	29.547	45.116	29.821	229.064
Percentual de participação acionária	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Saldo contábil do investimento na controladora	30.842	32.957	28.094	32.687	29.547	45.116	29.821	229.064

(b) Movimentação do investimento

	VSJ IX	VSJ X	VSJ XI	VSJ XII	VSJ XIII	VSJ XV	VSJ XVI	Total
Em 31 de dezembro de 2016	30.790	32.681	28.676	32.518	29.210	42.645	30.366	226.886
Equivalência patrimonial	316	1.038	276	1.738	812	1.114	1.410	6.704
Dividendos mínimos obrigatórios	(76)	(246)	(66)	(413)	(193)	(265)	(305)	(1.564)
Em 31 de dezembro de 2017	31.030	33.473	28.886	33.843	29.829	43.494	31.471	232.026
Equivalência patrimonial	(263)	(590)	(897)	(1.206)	(356)	1.407	(1.463)	(3.368)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2017	75	74	105	50	74	215	(187)	406
Em 31 de dezembro de 2018	30.842	32.957	28.094	32.687	29.547	45.116	29.821	229.064

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12

Imobilizado

	Consolidado			
	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Provisão de desmobilização	Total
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro 2016	782.521	3.407		785.928
Aquisições	3.433	58	6.215	9.706
Baixa Imobilizado	(890)			(890)
Depreciação	(30.671)	(125)	(520)	(31.316)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro 2017	754.393	3.340	5.695	763.428
Custo	815.554	3.586	6.215	825.355
Depreciação acumulada	(61.161)	(246)	(520)	(61.927)
Saldo contábil, líquido	754.393	3.340	5.695	763.428
Aquisições	7.392	266		7.658
Baixa Imobilizado	(3.890)			(3.890)
Depreciação	(30.873)	(128)	(184)	(31.185)
Baixa Depreciação	321			321
Em 31 de dezembro de 2018	727.343	3.478	5.511	736.332
Custo	819.056	3.852	6.215	829.123
Depreciação acumulada	(91.713)	(374)	(704)	(92.791)
Saldo contábil, líquido	727.343	3.478	5.511	736.332

O seguros fiança e juros sobre empréstimos BNDES no montante R\$ 6.215 foi reconhecido no ativo imobilizado e refere-se ao custo para financiar a construção do parque eólico das SPES controladas pela Chapada do Piauí I Holding, este montante foi contabilizado no resultado da controladora.

(a) Aquisições

As adições ao imobilizado referem-se aos investimentos de máquina, equipamentos e respectivos custos na manutenção operacional do parque eólico.

(b) Reconhecimento da depreciação no resultado

Os valores de depreciação estão reconhecidos na demonstração de resultado e refletem o exercício em que o ativo esteve em serviço.

(c) Bens em garantia

Conforme contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia dá ao banco a propriedade fiduciária dos aerogeradores.

(d) Custos com comissão de fiança

Foram capitalizados os custos com comissão de fiança em garantia ao empréstimo do BNDES e Debêntures durante o exercício de construção do parque eólico.

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Intangível

	Consolidado		
	Direito de exploração	Software	Total
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2016	1.177	101	1.278
Custo	1.177	101	1.278
Amortização acumulada	(42)	(24)	(66)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2017	1.135	77	1.212
Aquisição		52	52
Amortização	(41)	(29)	(70)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2018	1.094	100	1.194
Custo	1.177	153	1.330
Amortização acumulada	(83)	(53)	(136)
Saldo líquido	1.094	100	1.194

14 Empréstimos

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Circulante		
Empréstimos em moeda nacional	114.951	26.524
Não circulante		
Empréstimos em moeda nacional	526.040	626.517
Total empréstimos	640.991	653.041

Abaixo detalhamento dos empréstimos obtidos:

Em 31 de dezembro de 2018	Controladora e Consolidado							
	Saldo Inicial	Ingresso	Provisão de juros	Atualização monetária	Liquidação			Saldo Final
					Principal	Encargos	Transferência	
Circulante								
BNDES	24.381		46.662	69	(22.593)	(44.617)	22.370	26.272
Debêntures	2.143		7.719			(7.666)	87.270	89.466
Debêntures - Custo Colocação							(787)	(787)
	26.524	-	54.381	69	(22.593)	(52.283)	108.853	114.951
Não Circulante								
BNDES	550.851	1.961		1.722				554.534
BNDES - Custo Colocação	(7.178)		1.054				(22.370)	(28.494)
Debêntures	83.951			3.319			(87.270)	-
Debêntures - Custo Colocação	(1.107)		320				787	-
	626.517	1.961	1.374	5.041			(108.853)	526.040
Empréstimo Total	653.041	1.961	55.755	5.110	(22.593)	(52.283)	-	640.991

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2017	Controladora e Consolidado						Saldo Final
	Saldo Inicial	Provisão de juros	Atualização monetária	Liquidação		Transferência	
				Principal	Encargos		
Circulante							
BNDDES	22.503	52.094		(20.679)	(45.898)	16.361	24.381
Debêntures	2.144	7.433			(7.434)		2.143
	24.647	59.527	-	(20.679)	(53.332)	16.361	26.524
Não Circulante							
BNDDES	567.212					(16.361)	550.851
BNDDES - Custo Colocação	(8.498)	1.320					(7.178)
Debêntures	81.687		2.264				83.951
Debêntures - Custo Colocação	(1.373)	266					(1.107)
	639.028	1.586	2.264			(16.361)	626.517
Empréstimo Total	663.675	61.113	2.264	(20.679)	(53.332)	-	653.041

- (a) Empréstimo obtido junto ao BNDDES mediante contrato nº 14.2.1269.1, no valor total de R\$ 555.000, firmado em 09 de março de 2015, a ser pago em 192 parcelas a partir de 15 de maio de 2016, com taxa de juros de 2,18% a.a. (a título de remuneração) acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil e apenas TJLP para parcela do empréstimo no montante de R\$ 4.000.
- (b) Empréstimo obtido com captação de Debêntures no valor total de R\$ 71.348, emitidas em 15 de agosto de 2015, com vencimento final em 15 de março de 2029, a ser pago em 20 parcelas, vencíveis entre 15 de setembro de 2019 até 15 de março de 2029, corrigidos pelo IPCA + juros de 8% a.a., e prazo de carência até 14 de setembro de 2019.

Os empréstimos obtidos estão sujeitos a cláusula restritiva que podem antecipar o vencimento das obrigações. Conforme estabelecido no contrato a medição para o fechamento de 31 de dezembro de 2018 não atingiu o índice exigido. No dia 28 de dezembro de 2018 o BNDDES enviou carta com dispensa de cumprimento da obrigação para o ano de 2018.

Considerado que, conforme a escritura da emissão de debentures caso não haja atingimento dos índices de *covenants*, deverá ser chamada a Assembleia de debenturistas para decretar ou não o vencimento antecipado da dívida, a Companhia convocou Assembleia em 13 de dezembro de 2018 na qual não houve quórum suficiente para a instalação da mesma, sendo necessário realizar convocação para segunda Assembleia; segundo a cláusula 5.6 da Escritura de Emissão caso não exista quórum na segunda Assembleia de Debenturistas não deverá ser decretado o vencimento antecipado. Não houve convocação para realização de segunda Assembleia, dessa forma e considerando que não está no controle da Companhia determinar se a dívida será exigida nos próximos 12 meses, a dívida foi reclassificada para curto prazo no montante de R\$ 87.270

Composição por ano de amortização

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
2018		26.524
2019	114.951	23.544
2020	26.968	25.686
2021	29.864	27.815
2022	32.308	30.104
2023	35.016	38.501
2024	37.912	43.886
2025	41.109	51.135
2026	44.601	54.418
2027	48.413	62.153
2028	52.571	65.126
2029	57.103	63.642
2030	62.043	57.715
2031	34.378	62.495
2032	23.754	20.297
	640.991	653.041

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar			1.946	1.774
PIS e COFINS a pagar	162	324	699	672
IOF a pagar			155	149
Imposto sobre serviço		4	3	6
FGTS/INSS de terceiros			60	36
Outros impostos			9	12
	162	328	2.872	2.649

16 Provisões

	Consolidado	
	2018	2017
Circulante		
Provisão de ressarcimento (i)	17.492	15.955
Não circulante		
Provisão de ressarcimento (i)	18.339	15.290
Provisão de desmobilização (ii)	6.316	5.695
	24.655	20.985
Total	42.147	36.940

Abaixo detalhamento da movimentação:

	Controladora					Saldo final
	Saldo inicial	Provisão	Atualização Financeira	Pagamento	Transferencia	
31 de dezembro de 2018						
Circulante						
Provisão de ressarcimento (i)	15.955				1.537	17.492
Não circulante						
Provisão de ressarcimento (i)	15.290	20.385	(730)	(15.069)	(1.537)	18.339
Provisão de desmobilização (ii)	5.695		621			6.316
Provisões total	36.940	20.385	(109)	(15.069)	-	42.147
31 de dezembro de 2017						
Circulante						
Provisão de ressarcimento (i)	1.344				14.611	15.955
Não circulante						
Provisão de ressarcimento (i)	15.064	14.947	3.745	(3.855)	(14.611)	15.290
Provisão de desmobilização (ii)	-	5.695				5.695
Provisões total	16.408	20.642	3.745	(3.855)	-	36.940

(i) A provisão de ressarcimento representa a quantidade de energia faturada mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos. Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato provisionadas anualmente, serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio encerra-se em 31 de agosto de 2019.

(ii) O valor da provisão de desmobilização, no consolidado, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas das controladas da Companhia, conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. Este laudo efetuado em 2017 leva em consideração as obrigações de desmobilização existentes que são em função dos contratos regulatórios, ambientais e de arrendamentos dos terrenos das controladas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores da laudo estão em data base 2017 e foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos terrenos com uma taxa de inflação de 4% ao ano e atualizados a valor presente à uma taxa de desconto de 11% ao ano. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 234.174 e R\$ 224.699 31 de dezembro de 2017, sendo composto por ações ordinárias, conforme relacionados a seguir:

Acionistas	31 de dezembro de 2018		
	Quantidade de ações	R\$	Participação - %
Contour Global do Brasil Holding do Brasil Ltda	119.428.432	119.429	51,00%
Centrais Elétricas Brasileiras SA.	114.745.049	114.745	49,00%
	234.173.481	234.174	100%
Acionistas	31 de dezembro de 2017		
	Quantidade de ações	R\$	Participação - %
Contour Global do Brasil Holding do Brasil Ltda	80.891.544	80.891	36,00%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	110.102.502	110.103	49,00%
Salus FIP em conjunto com Ventos de Santa Joana Energias Renováveis	33.704.849	33.705	15,00%
	224.698.895	224.699	100%

Em 21 de março de 2018, foi aprovado na RCA o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no termos do Estatuto Social da Companhia em conformidade com disposto na Lei 6.404/76, no montante de R\$ 9.475.

Em 23 de abril de 2018, foi efetivada a transferência das ações da Salus para a Contour Global Holding Ltda.

Em 28 de setembro de 2018, a ata da assembleia geral, autorizou a transferência dos 49% das ações da Chesf Hidra Elétrica de São Francisco para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

18 Receita líquida

As receitas operacionais do Grupo são baseadas em contratos de geração de energia de longo prazo, com duração de 20 anos, com distribuidoras de energia.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	2018	2017
Receita de venda energia elétrica	127.088	138.364
Provisão de ressarcimento	(20.384)	(29.962)
Receita gerada	106.704	108.402
Impostos sobre vendas	(3.895)	(3.966)
Receita líquida	102.809	104.436

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Encargos de uso do sistema, custo de operação e despesas operacionais

	Consolidado			
	2018	2017		
Custo do serviço de energia elétrica				
Encargos de transmissão	(4.654)	(4.556)		
Taxas de concessão	(527)	(526)		
Encargos de interconexão	(705)	214		
Energia elétrica comprada para revenda	(93)	(228)		
	(5.979)	(5.096)		
	Consolidado			
	2018	2017		
Custo de operação				
Pessoal	(1.241)	(1.336)		
Serviços de terceiros	(1.291)	(921)		
Manutenções	(967)	(803)		
Materiais e serviços de terceiros	(13.325)	(8.329)		
Depreciações e amortizações	(31.255)	(30.862)		
	(48.079)	(42.251)		
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesa operacional				
Aluguéis				(13)
Seguros			(847)	(1.015)
Comunicações			(169)	(165)
Viagens			(74)	(151)
Despesas Tributárias		(2.050)	(192)	(1.657)
Outras receitas (despesas) operacionais	(285)	(480)	(244)	(811)
Projetos sociais	(833)		(1.972)	(505)
Baixa de imobilizado			(2.881)	(407)
Serviços compartilhados - partes relacionadas			(3.410)	(3.410)
	(1.118)	(2.530)	(9.789)	(8.134)

20 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Juros empréstimos bancários	(59.491)	(61.790)	(59.491)	(61.790)
Fianças bancárias	(10.864)	(5.472)	(10.864)	(5.472)
Amortização de custos de emissão de dívida (i)	(1.374)	(1.586)	(1.374)	(1.587)
Atualização financeira do ressarcimento da receita e desmobilização			(109)	(3.745)
PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.806)		(1.896)	
Multas, juros e tarifas bancárias		(2.483)	(173)	(2.163)
Despesas financeiras	(73.535)	(71.331)	(73.907)	(74.757)
Receitas de aplicação financeira e juros ativo	1.677	2.318	2.028	2.798
Receita de juros ativos	17			
Receita financeira de cessão de recebíveis (Nota 9)	40.259	38.695		
Receitas financeiras	41.953	41.013	2.028	2.798
Resultado financeiro	(31.582)	(30.318)	(71.879)	(71.959)

(i) Amortização em virtude das premissas do CPC 20 ao qual permite capitalizar os custos de emissão do serviço da dívida no grupo econômico.

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2018	2017
Receita de venda energia elétrica	127.088	138.364
Provisão de ressarcimento	<u>(20.384)</u>	<u>(29.962)</u>
Receita gerada	106.704	108.402
Impostos sobre vendas	<u>(3.895)</u>	<u>(3.966)</u>
Receita líquida	102.809	104.436
Receita para cálculo do IRPJ e CSLL da venda de energia elétrica	127.088	138.364
Receita para cálculo do IRPJ e CSLL da provisão de ressarcimento	<u>(20.384)</u>	<u>(29.962)</u>
Base de cálculo antes das receita de aplicações financeiras	10.167	11.069
Receita de aplicações financeiras Controladas	351	480
Outras receitas ou deduções	<u>235</u>	<u>(76)</u>
Base de cálculo IRPJ - lucro presumido	10.753	11.473
Base de cálculo IRPJ - provisões de ressarcimento	<u>(1.631)</u>	<u>(2.397)</u>
IRPJ – 15%	1.613	1.721
IRPJ - provisões - 15%	<u>(245)</u>	<u>(360)</u>
Base de cálculo adicional de IRPJ - lucro presumido	8.882	8.836
IRPJ adicional – 10%	<u>888</u>	<u>884</u>
Base de cálculo CSLL	15.837	17.008
CSLL – 9%	1.425	1.531
CSLL - provisões - 9%	<u>(220)</u>	<u>(324)</u>
Total	<u>3.461</u>	<u>3.452</u>
Alíquota efetiva	3,37%	3,31%

22 Compromissos

	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Arrendamento de terrenos (i)	1.686	7.444	194.874	204.004
Contrato de manutenção GE (ii)	8.522	47.274	21.992	77.788
Contrato de transmissão (iii)	5.222	23.347	100.638	129.207
Comissão fee e carta de crédito (iv)	<u>10.531</u>	<u>9.186</u>	<u>5.093</u>	<u>24.810</u>
	<u>25.961</u>	<u>87.251</u>	<u>322.597</u>	<u>435.809</u>

i) Arrendamento de terrenos

Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados.

ii) Contrato de Manutenção GE

Contratos de longo prazos firmados com o fornecedor das máquinas de cada parque eólicas para manutenção.

iii) Contrato de transmissão

São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico.

iv) Comissão fee e carta de crédito

Comissão fee são comissões a serem pagas a órgãos financeiros relacionadas aos registros das debêntures e do contrato com o BNDES.

Carta de crédito são emitidas aos bancos fiadores para a garantia do BNDES e o debenturistas o pagamento integral das obrigações contraídas no contrato com o BNDES e as debêntures.

Chapada do Piauí I Holding S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Cobertura de seguros (Não revisada)

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possuía cobertura de seguro patrimonial no montante de R\$ 902.117, de lucros cessantes no montante de R\$ 130.834 e de responsabilidade civil no montante de R\$ 30.000 (compartilhado com as demais empresas controladas pela Contour Global Holding), os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

* * *